

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.675 - RJ (2019/0207209-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **FABIO DE SA BORGES**
AGRAVANTE : **FABIO S BORGES AUTO PECAS**
ADVOGADOS : **MAURO JOSÉ CAVALCANTI MAKLUF - RJ063765**
: **RICARDO MONTEIRO ROCHA - RJ116700**
AGRAVADO : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA - RJ123989**

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por FÁBIO DE SÁ BORGES e OUTRA contra a decisão de fls. 264/265 (e-STJ), da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial por incidência do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015.

As razões do recurso afirmam que foram enfrentados todos os fundamentos da decisão de admissibilidade nas razões do agravo em recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista a manifestação dos recorrentes, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão agravada.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região assim ementado:

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CEF. PREVALÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. EXCESSO NO VALOR EXIGIDO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DIFERENÇA MÍNIMA EM RELAÇÃO AO VALOR DEVIDO. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Apelação Cível interposta em face da sentença, que, nos autos de Ação Monitória, rejeitou os embargos oferecidos pelos réus e julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para condená-los solidariamente ao pagamento de R\$ 51.781,31 (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos – valor atualizado até 18/06/2015), monetariamente corrigidos e com juros de mora de 1% ao mês, além de custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) do montante devido.

2. Em análise dos índices, valores e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, o perito judicial concluiu que 'o saldo devedor do contrato nº 19.2061.555.0000010-6, atualizado até 18/06/2015, é R\$ 51.781,31 (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos)' . Com base na prova pericial produzida, o juiz de piso julgou parcialmente procedente o pedido da CEF, condenando os réus solidariamente ao pagamento do montante de R\$ 51.781,31 (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos), valor atualizado até 18/06/2015.

3. Apesar de o juiz não estar adstrito às conclusões do perito, a parte que pretende contestá-las deve trazer aos autos elementos sólidos capazes de infirmá-las. Na hipótese em tela, deve ser prestigiada a prova técnica, eis que inexistem elementos que possam refutá-la. Nesse sentido, deve prevalecer o valor fixado na sentença, uma vez que o laudo pericial no qual se embasou encontra-se devidamente fundamentado.

4. Registre-se que a CEF (na inicial) e o perito judicial (no laudo pericial) chegaram a valores semelhantes: para a instituição financeira, o valor devido, atualizado até 12/09/2012, seria de R\$ 32.451,28; por sua vez, para o perito judicial, seria de R\$ 31.398,00. Com efeito, resta configurada na hipótese a sucumbência mínima da CEF, visto que decaiu de parte mínima do pedido, devendo ser mantida a condenação em honorários advocatícios em desfavor dos ora Apelantes, nos termos do art. 21, parágrafo único, do CPC/73.

5. Segundo orientação do § 3º do art. 20 do CPC/73, os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Assim, afigura-se razoável e legal que os honorários advocatícios sejam mantidos conforme arbitrados pelo juízo a quo (isto é, 10% sobre o valor da condenação).

6. *Apelação desprovida*" (fls. 195/196 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, os recorrentes alegam, além de divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 6º do Código de Defesa do Consumidor e 421 do Código Civil.

Sustentam que deve ser respeitada a função social do contrato, afastada a capitalização de juros, que causa onerosidade excessiva, além de reconhecido o excesso de execução porque não apresentada planilha de valores discriminados.

A irrisignação não merece prosperar.

Verifica-se que as questões atinentes à função social do contrato e da onerosidade pelo emprego de capitalização de juros não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito e, nos embargos declaratórios opostos, não se provocou o pronunciamento acerca da questão.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

Quanto ao excesso de execução, as conclusões da Corte de origem acerca do mérito da demanda decorreram da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"(...)

No que tange à violação à Resolução 3516 do Banco Central do Brasil, o que teria gerado uma cobrança excessiva de R\$ 8.228,44 (oito mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos), o perito nomeado pelo juízo a quo confirmou que de fato a instituição financeira exigiu valores acima do que tinha direito. Destacou que 'o valor apresentado pela CEF, atualizados até 12/09/2012, resultaria em R\$ 32.451,28, e pela perícia foi apurado que o valor do débito nessa data seria R\$ 31.398,00 (trinta e um mil, trezentos e noventa e oito reais), portanto, o excesso apurado até aquele momento é de R\$ 1.053,28 (um mil, cinquenta e três reais e vinte e oito centavos)', conforme consta em fl. 149.

Em análise dos índices, valores e condições estabelecidos no contrato de empréstimo, o perito judicial concluiu que 'o saldo devedor do contrato nº 19.2061.555.0000010-6, atualizado até 18/06/2015, é R\$ 51.781,31 (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos)', segundo o disposto em fl. 135.

Assim, com base na prova pericial produzida, o juiz de piso julgou parcialmente procedente o pedido da CEF, condenando os réus solidariamente ao pagamento do montante de R\$ 51.781,31 (cinquenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos), valor atualizado até 18/06/2015.

Apesar de o juiz não estar adstrito às conclusões do perito, a parte que pretende contestá-las deve trazer aos autos elementos sólidos capazes de infirmá-las. Na hipótese em tela, deve ser prestigiada a prova técnica, eis que inexistem elementos que possam refutá-la. Nesse sentido, deve prevalecer o valor fixado na sentença, uma vez que o laudo pericial no qual se embasou encontra-se devidamente fundamentado" (fls. 193/194 e-STJ)

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Outrossim, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 264/265 (e-STJ), e conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para o patamar de 12,5% (doze e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator